

## **A Vida Social dos Marcos: Espaço, Sociabilidade e Conflito numa Aldeia da Beira Baixa (Portugal)**

Ema Pires

Universidade de Évora, IHC-CEHFCi-UÉ & Universidade de Brasília | epires@uevora.pt

Ricardo Sapia de Campos

Universidade Federal de Goiás | sapiacampos@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este texto explora relações entre modos de produção e de apropriação social de espaços. Partido, metodologicamente, de observação participante exploratória numa freguesia rural da Beira Baixa (localizada no concelho de Proença-a-Nova), discutem-se significados socioculturais atribuídos aos marcos divisórios das terras, com vista a eliciar as suas dimensões enquanto marcadores sócio-espaciais de diferenciação. Em zona de minifúndio, demograficamente envelhecida e pouco povoada, estes elementos de cultura material ora são testemunhas de relação sociais pacíficas (quando a fronteira de divisão de terras é socialmente reconhecida por todos), ora conflituais (quando a autoridade para colocar os marcos no referido local é contraditada pelos vizinhos de terreno). Argumentamos que é possível consignar a estes objectos uma certa vida social que os transforma em marcadores de interacção socioespacial. Pontos *na* e *da* paisagem humanizada, unem o território e os residentes num mais amplo processo de (des)continuidade sociocultural.

**Palavras-chave:** Paisagem; Património Familiar; Espaço; Sociabilidade;

### **INTRODUÇÃO**

Este texto discute modalidades alternativas de produção e apropriação social de espaços numa freguesia rural do interior de Portugal. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em etnografia e em entrevistas exploratórias na aldeia de Mó, localizada no distrito de Castelo Branco, num território que as autoridades estatais também designam por Beira Baixa e Pinhal Interior. A recolha de dados decorreu em três períodos temporais distintos, separados por mais uma década de intervalo (2004, 2009 e 2016). A localidade é um núcleo residencial pertencente ao concelho de Proença-a-Nova. Em 2004, durante a primeira recolha de trabalho de campo, a Mó tinha 20 habitantes residentes. Em 2016, o lugar é habitado permanentemente por 4 residentes e ocasionalmente por outras 12 pessoas, que sendo naturais da localidade, vivem em cidades da região e do país e se deslocam à aldeia ocasionalmente, para visitas de

final de semana e de férias, ficando alojados nas suas residências familiares. O espaço envolvente é por estes percebido como “paisagem”, uma categoria que trazemos à colação na presente análise.

Em perspectiva sócio-antropológica, a Paisagem assume-se como uma construção cultural (Schama 1996, Gray 2003), tecida diacrónica e processualmente através das malhas do tempo, do espaço e da cultura. De Raymond Williams (1990) a John Gray (2003), vários autores têm anotado diferentes modos de leitura, percepção, e criação de sentido, que subjazem à leitura de um território a que se convencionou chamar paisagem. O acto de ‘Ler’ uma paisagem rural a partir de um quotidiano de ruralidade ou, ao invés, de um modo de vida urbano, pressupõe, com frequência, o uso de diferentes vocabulários, valorações e significados (semânticos e afectivos). A análise de John Gray é disso bastante exemplificativa, ao narrar como os agricultores das *Borders* escocesas, e em particular os pastores, apropriam a paisagem envolvente e através dela constroem, por meio das práticas quotidianas, o «sentido de lugar», conferindo-lhe assim, a valoração de espaço onde se sentem «em casa» (Gray 2003: 237-240). Os mesmos pastores anotam também os modos como os habitantes das cidades próximas divergem dos residentes na leitura daquela paisagem, e a ausência na construção de um «sentido do lugar» com paralelismos em relação ao seu (Gray 2003: 225-226).

Ao longo deste *short paper* canalizamos algumas das ideias acima expressas para a construção de uma narrativa pessoal sobre o modo como uma família nuclear, residente numa cidade média portuguesa, percebe e valoriza um espaço florestal (património familiar herdado por linha materna), entretanto destruído nos incêndios do verão de 2003. Relembra Jean-Claude Duclos que “El patrimonio, en el seno de nuestras viejas sociedades latinas, es el legado del padre que recibimos en herencia y que nosotros transmitimos a su vez en aras de la continuidad del linaje” (Duclos 1997: 7). No contexto em análise, esta acepção original do conceito de património é retomada, de modo a desvendar relações entre processos de construção e reconstrução patrimonial do espaço paisagístico.

#### Resultados preliminares: O Pinhal de Ribeiro Sesminho

Analizamos preliminarmente o caso de uma família com origens na aldeia, no modo como reconstrói e reapropria o espaço (real e simbólico) da sua propriedade rural em contexto de mudanças sociais e ambientais. No léxico familiar, “Pinhal do Avô” é a

designação émica de uma pequena propriedade (cerca 4,5 hectares), situada na confluência dos concelhos de Castelo Branco e Proença-a-Nova. O nome expressa, afectivamente, o papel da memória familiar na identificação com o primeiro proprietário e principal usuário deste espaço (Virgílio Maria Antunes Paulo, 1914-1994). Vitgilio nasceu no concelho de Figueiró dos Vinhos (a cerca de 40 kms de distância) e migrou para a Mó na década de 1930, onde acabaria por casar e constituir família. Virgílio pertenceu a uma primeira geração de trabalhadores agro-florestais que vieram trabalhar como resineiros nas florestas de Proença-a-Nova e Castelo Branco. A poupança que fez nos primeiros anos de actividade profissional deu-lhe a possibilidade de se tornar pequeno proprietário de um pinhal que adquiriu na década de 1950 a um amigo natural da região, e que também foi o padrinho de baptismo da sua filha. Situada a cerca de 3 kms da aldeia de Mó, a propriedade é localmente designada por Ribeiro Sesminho<sup>1</sup>. Até agosto de 2003, à semelhança de grande parte dos minifúndios desta zona da Beira-Baixa, o pinhal ocupava 2/3 do território desta propriedade. Na restante área, dispostas em socalcos, vinha e oliveira lutavam contra o matagal, que também cobria lentamente as duas hortas e o pomar. Enquanto viveu, Virgílio teimava em não deixar avançar o mato, e todos os anos o pinhal e restante área eram diligentemente limpos. Existe ainda um palheiro e uma pequena habitação, fechada, onde ocasionalmente Virgílio dormia, se as actividades de extracção de resina ou de destilação de aguardente de medronho o exigissem. Espaço de trabalho quotidiano individual, o pinhal convertia-se em espaço de trabalho/lazer da família alargada vinda da cidade (filhos, netos, genro e nora) em certos momentos do calendário agrícola, como as vindimas ou a apanha da azeitona. Os sons da natureza davam então lugar às vozes misturadas de cantigas e histórias, embrulhadas em cheiro a pinhal. Para os visitantes, era o tempo de saborear esta pequena arcádia. Que se convertia em lugar de memória da família na diáspora.

#### Entre chamas e ruínas (2003-2007)

Foi a partir da cidade, entre telefonemas e notícias televisivas, que a família tomou conhecimento que o *Pinhal do Avô* estava a arder. Nos grandes incêndios do verão de 2003, a Mó ficou cercada durante dias, e os residentes, ajudados pelos bombeiros, lutaram em vão contra o fogo que veio ceifar-lhes parte do futuro e das poupanças de

---

<sup>1</sup> Toponimicamente, as designações patentes no Registo predial são ainda outras: Barroco Medroso e Barroca da Cegonha.

das suas vidas. A primeira visita familiar ao pinhal ardido foi uma deambulação por uma contra-arcádia: troncos fumegantes e retorcidos, calor insuportável e seco, cheiro a queimado, silêncio. A casa e palheiro, espantosamente poupados das chamas, levaram emoção incontida a Lucília, filha de Virgílio: todos os objectos do pai continuavam intactos, como se a natureza os tivesse poupado. Na relação dos descendentes com aquele espaço, um patrimonializado museu do avô nascia mais claramente: preservando, guardando, e expondo, a memória do lugar. Face à destruição envolvente, casa e palheiro são agora os elementos que permitem a continuidade da identificação familiar, relacional e histórica com um património paisagístico que habita agora apenas a sua memória. Os descendentes de Virgílio tentam agora compreender o sentido do espaço, nas suas fronteiras com as outras propriedades vizinhas. A continuidade da memória da família nas ligações ao território joga-se neste xadrez. Mas o desafio de aprender a ler uma paisagem em ruínas é motivado adicionalmente pela necessidade de re-conhecimento dos limites das propriedades. Os vários marcos existentes – uma pedra de xisto ao alto, e duas enterradas, ao lado (designados por ‘testemunhos’), ficaram danificados com o fogo e estavam dispersos por uma manta de solo irreconhecido.

Ao longo dos anos seguintes a natureza trouxe de volta a vegetação ao Ribeiro Sesminho. Em particular, os pinheiros bravos e os medronheiros foram irrompendo por entre a terra outrora queimada. À medida que o espaço passou a ficar outra vez verde (logo, reconhecível) a família decidiu colocar novos marcos nas fronteiras do pinhal. A decisão foi motivada pelo facto de que, em redor do pinhal, outros vizinhos estavam já a (re)plantar outras espécies vegetais, em particular o eucalipto, que agora reina na zona dando uma tonalidade mais cinzenta à paisagem.

### Balanço em aberto

Como (re-aprender a) ler este território? De acordo com os padrões locais de percepção, seria preciso um conhecimento interno destes lugares da floresta para o voltar a percorrer e repôr os marcos. Um conhecimento que, segundo os residentes, já só os mais velhos moradores da Mó ainda tinham. No caso que temos vindo a analisar, o processo de re-colocação dos novos marcos aconteceu em 2008-2009 e foi testemunhado pelo homem mais velho da aldeia, que com a família se deslocou ao terreno para monitorizar e validar a colocação dos novos marcos. Um valor de um dia de trabalho foi pago a este homem e a um outro residente da aldeia para acompanhar

os proprietários na actividade de remarcar os limites da sua propriedade. Os novos marcos foram mandados fazer em cimento e têm inscritas no betão as iniciais da proprietária do terreno. Segundo os residentes, a sua matéria e a forma paralelepípeda conferem-lhes maior robustez e perenidade. Quando comparados com os materiais tradicionais com que eram feitos no passado, estes novos marcos são também as marcas da sociedade capitalista a entrar pelo pinhal adentro: mandados fazer em empresas da região, circularam até ao terreno como coisas (consumidas, não produzidas nem colectadas localmente) para demarcação territorial pelos usuários do espaço.

Nos anos mais recentes, a existência de conflitos entre proprietários sobre a remarcação das tuas terras é uma questão latente na sociabilidade aldeã. Vários casos poderia ser aqui apresentados de conflitualidade latente entre vizinhos. A herdeira de Virgílio, Lucília, entrevistada em 2015 e 2016, considera que a remarcação do território do seu pinhal lhe retirou terreno, com vantagem do seu vizinho, que reside numa aldeia próxima e é um conhecido plantador de eucaliptos. Esta mulher questiona hoje a autoridade dos homens que validaram a remarcação das fronteiras da sua propriedade. A sua memória de infância e do conhecimento de percorrer o território com a sua família, mostra-lhe que as fronteiras da sua terra foram no passado outras. Porém, no presente, afastada que está da vivência do espaço da floresta e da sua apropriação quotidiana, encontra no pinhal um lugar de abandono. De igual modo, a filha desta mulher (futura herdeira deste património) reconhece naquele lugar apenas uma paisagem distante, de moldura familiar, mas dificilmente reconhecível no quotidiano de quem vive distanciado do território rural e da floresta. A colocação dos marcos, e o seu significado, é afinal uma expressão metémica dos quadros sociais da memória que não apenas reproduzem um tempo pretérito mas reconfiguram os mundos sociais do presente. É nesse sentido que argumentamos que é possível consignar a estes objectos uma certa vida social (Appadurai 1986) que os transforma em marcadores de interacção socioespacial. Pontos *na* e *da* paisagem humanizada, unem o território e os residentes num mais amplo processo de (des)continuidade sociocultural.

Compreender a micro-escala deste território rural só é possível se tivermos em linha de conta um quadro mais amplo de análises que nos permitem compreender mais amplamente os contornos da política florestal (Coelho 2003), da produção de pinheiro bravo (Alegria 1994), das contra-ordenações florestais (Silveira 2011) ou da paisagem

(Rodrigues 2011) na região da Beira Interior Sul. A investigação exploratória que temos vindo a realizar mostra-nos que, sabendo que a Paisagem é cultura (Schama 1996: 70) está por desbravar um campo vasto de terrenos que a Antropologia e a Sociologia têm obliterado do seu olhar. Este texto é um breve contributo para essa análise.

#### Referências Bibliográficas:

- Appadurai, Arjun. (1986) *The Social Life of things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alegria, Cristina. (1994) Crescimento e produção do pinheiro bravo na região de Castelo Branco. In Congresso Nacional Florestal, sobre os Recursos Florestais no Desenvolvimento Rural, 3, Figueira da Foz, 15 a 17 de Dezembro. Livro de Actas. [S.l.] : SPCF. Vol 1, p. 269-292. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/394>
- Coelho, Inocêncio. (2003). Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal. *Silva Lusitana*, 11(2), 185-199. Acesso em 13 de junho de 2016, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-63522003000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-63522003000200005&lng=pt&tlng=pt).
- Duclos, Jean-Claude. (1997) Prologo, In L. Prats, *Antropología y Patrimonio*, Barcelona: Ariel, 7-11.
- Gray, John (2003) Open Spaces and Dwelling Places: Being at Home on Hill Farms in the Scottish Borders. In S.Low e D.Lawrence-Zúñiga (Edits.) *The Anthropology of Space and Place*, Oxford: Blackwell
- Rodrigues, Pedro. (2011) Paisagem como conceito para a avaliação e gestão integrada dos territórios rurais. O caso da Beira Interior Sul, Dissertação de Mestrado, UNL, 2011 Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Especialização em Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7362>
- Schama, Simon. (1996) *Paisagem e Memória*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Silveira, Maria. (2011) Análise da aplicação da legislação florestal na área do Pinhal e Beira Interior Sul, entre 2005-2009. Castelo Branco : IPCB. ESA. 60 p. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/878>
- Williams, Raymond. (1990) *O Campo e a Cidade*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Outros documentos:
- .“Barroca da Cegonha”, Caderneta predial Rústica, Repartição de Finanças de Castelo Branco, 1983
- .“Barroco Medroso”, Caderneta predial Rústica, Repartição de Finanças de Castelo Branco, 1983